

A ECONOMIA POLÍTICA DA DEPENDÊNCIA E DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS E DO DESMANCHE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE FINANCEIRIZAÇÃO E PANDEMIA

Marcelo Gonçalves Marcelino¹

Resumo: A economia política do capitalismo é uma economia política da “crise” onde as transformações do modo de produção capitalista nos conduzem inexoravelmente e de forma contraditória a sucessivas crises estruturais engendradas num sistema econômico, social, político e cultural desigual na forma e no conteúdo no processo de interação social. Para os países periféricos subservientes ao imperialismo no âmbito da superexploração do trabalho na dinâmica das tecnologias de informação, comunicação e robótica da indústria 4.0 o grau de dependência externa se mostrou ainda mais evidente com o impacto da pandemia Sars Cov 2 e a disputa geopolítica estratégica na indústria farmacêutica e biotecnológica de 2020. O presente artigo pretende discutir como a dependência e a superexploração da mais valia se intensificou na pandemia 2020 no âmbito da financeirização e do recuo do orçamento para as políticas públicas combinado com o avanço tecnológico em favor da classe dominante brasileira e internacional em detrimento dos interesses nacionais no âmbito da sociedade brasileira

Palavras chave: Financeirização. Pandemia. Políticas públicas. Superexploração. Dependência.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFPR, licenciado em Matemática pela UTFPR, especialista em Sociologia Política, mestre em Sociologia e doutorando também em Sociologia pela UFPR.
E-MAIL: mgmarcelino10@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6930-3849>
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7410367950433268>

THE POLITICAL ECONOMY OF DEPENDENCE AND OVER-EXPLOITATION OF LABOR THE IMPACT OF TECHNOLOGIES AND DISCONNECTION OF PUBLIC POLICIES IN TIMES OF FINANCIALIZATION AND PANDEMIA

Abstract: The political economy of capitalism is a political economy of the “crisis” where the transformations of the capitalist mode of production lead us inexorably and in a contradictory way to successive structural crises engendered in an economic, social, political and cultural system unequal in form and content in the process of social interaction. For peripheral countries subservient to imperialism in the context of overexploitation of work in the dynamics of information, communication and robotics technologies in industry 4.0, the degree of external dependence was even more evident with the impact of the Sars Cov 2 pandemic and the strategic geopolitical dispute in pharmaceutical and biotechnology industry in 2020. This article aims to discuss how the dependence and overexploitation of surplus value intensified in the 2020 pandemic within the scope of financialization and the retreat of the budget for public policies combined with technological advancement in favor of the Brazilian ruling class and international to the detriment of national interests within the scope of Brazilian society

Keywords: Financialization. Pandemic. Public policies. Overexploitation. Dependence.

Introdução

Encerradas as duas primeiras décadas do século XXI encontramos dois divisores de águas até então. O primeiro recortado pelo impacto e desdobramento da crise financeira e econômica de 2008 capitaneado pelo sistema financeiro estadunidense e o segundo agora em 2020, onde o problema causado pela pandemia do Covid-19 escancarou a crise estrutural do capitalismo imbricada a partir dos desdobramentos da própria crise financeira de 2008, que

ainda repercutia nas economias centrais e obviamente periféricas como o Brasil.

O avanço da crise estrutural do capitalismo de forma mais intensa ocorre paradoxalmente a partir da intensificação do impacto da revolução tecnológica da década de 1970 sobre o conjunto das economias impulsionado concomitantemente pelas crises do petróleo do início e do final da mesma década, além do fim do pacto keynesiano e de Bretton Woods acordado no pós guerra a partir do lastro do padrão ouro-dólar.

O neoliberalismo inaugurado a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 com Thatcher e Reagan respectivamente endossaram através da retórica ideológica e práticas econômicas a “liberdade” de mercado como princípio norteador dos processos de sociabilidade do capitalismo. Esses princípios haviam sido abandonados (pelo menos na forma macroestruturante a partir do Estado) desde a década de 1930 após a crise avassaladora provocada pelo liberalismo econômico clássico desde a revolução industrial.

Vale destacar, que mesmo para intelectuais não marxistas a miragem do liberalismo não empolgava nem mesmo os capitalistas; pelo menos até aproximadamente meados do século XIX e tão pouco a esmagadora maioria das populações em torno do Império Britânico, França e Países Baixos, sem falar obviamente dos demais países europeus e demais colônias mundo afora. Todas essas populações mesmo no berço do capitalismo industrial estiveram sob o jugo do capital ainda de forma mais perversa; sem direitos e com jornadas de trabalho extenuantes de até 18 horas diárias para os homens e com um terço dos salários pagos para mulheres e até crianças em relação aos homens que já recebiam um salário miserável.

Segundo Polanyi (2000, p. 166):

O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não-burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável. Um tal fanatismo resultou do súbito agravamento da tarefa pela qual ele se responsabilizara: a magnitude dos sofrimentos a serem infligidos a pessoas inocentes, assim como o amplo alcance das mudanças entrelaçadas que a organização da nova ordem envolvia. O credo liberal só assumiu seu fervor evangélico em resposta às necessidades de uma economia de mercado plenamente desenvolvida.

Consideramos apropriado resgatar essa passagem do autor devido a relevância que ela assume na atualidade em tempos de pandemia, já que o neoliberalismo procura, ainda na crise estrutural do capitalismo, avançar suas posições na busca desenfreada pela acumulação e reprodução do capital em ampla escala na Era Industrial contemporânea capitaneada pela denominada indústria 4.0 e suas interfaces dinâmicas e interativas, envolvendo e acoplando tecnologias da informação, comunicação, robótica, inteligência artificial e biotecnologia, entre outras; tudo isso em detrimento do desenvolvimento socioeconômico, já que a desigualdade vem se destacando com força, mesmo em países desenvolvidos como os EUA, onde os índices de pobreza e até miséria foram sendo revelados com ainda maior destaque na pandemia de 2020.

De acordo com Davis (2006, p. 178-79):

Entre os pesquisadores, há um consenso básico de que a crise da década de 1980, durante a qual o emprego no setor informal cresceu duas a cinco vezes mais depressa que os empregos no setor formal, inverteu suas posições estruturais relativas, promovendo a busca informal da sobrevivência como novo meio de vida primário da maioria das cidades do Terceiro Mundo. Até na China urbana, em rápida industrialização, “tem havido uma proliferação

de atividades informais rudimentares que oferecem meios de sobrevivência aos pobres urbanos”. Parte do proletariado informal, na verdade, é uma força de trabalho invisível para a economia formal, e numerosos estudos já apontaram como as redes de terceirização da Wal-Mart e de outras megasempresas penetram profundamente na miséria das *colônias* e dos *chawls*. Ademais, é provável que haja mais uma linha contínua do que uma divisão abrupta entre o mundo do emprego formal, com cada vez mais baixas, e o abismo do setor informal. Mas, no final das contas, a maior parte dos favelados urbanos pobres e trabalhadores está, radical e verdadeiramente, sem abrigo na economia internacional contemporânea.

Reparem que desde a citação de Polanyi com sua abordagem crítica acerca dos primeiros acordes de orquestra do capitalismo industrial moderno com sua avassaladora legião de explorados, pobres e miseráveis passando pela de Davis, encontramos depois de mais de dois séculos de industrialização traços nítidos de superexploração do trabalho mesmo diante de todo o progresso técnico, científico acumulado. O capitalismo continuou seu “*modus operandi*” de acumulação e exploração da força de trabalho e da natureza na fase keynesiana (1930-80) com forte aporte estatal e já na fase do imperialismo, mas agora, tendo que conviver com a correlação de forças imposta pela URSS e mais tarde pela China, além dos próprios desdobramentos da Segunda Grande Guerra com o pacto da seguridade social.

A crise estrutural do modo de produção capitalista

A crise de acumulação com o esgotamento do padrão fordista de produção capitaneado ainda pelo keynesianismo deu lugar as formas de exploração neoliberais combinando desmanche das políticas de seguridade social no mundo todo, avanço das privatizações, liberalização dos mercados financeiros, desregulamentação dos con-

tratos de trabalho, precarização da previdência social, a fusão entre tecnologias da informação e comunicação nas formas híbridas de trabalho por tempo e peça conforme já apontava Marx ainda no século XIX e que na pandemia na fase da indústria 4.0 tornou-se ainda mais evidente.

Segundo Marx (1996, p. 175-76):

Se o salário por hora é fixado de modo que o capitalista não se comprometa a pagar um salário diário ou semanal, mas apenas as horas de trabalho durante as quais lhe agrada ocupar o trabalhador, então ele pode emprega-lo por um período inferior ao que originalmente serviu de base para calcular o salário por hora ou a unidade de medida do preço do trabalho. Como essa unidade de medida é determinada pela proporção Valor diário da força de trabalho/Jornada de trabalho de dado número de horas, ela perde naturalmente qualquer sentido tão logo a jornada de trabalho deixe de contar um número determinado de horas. A conexão do trabalho pago e não pago se anula. O capitalista pode extrair determinado quantum de mais trabalho do trabalhador, sem conceder-lhe o tempo de trabalho necessário para o seu próprio sustento. Pode destruir toda a regularidade da ocupação e fazer, apenas em função da sua comodidade, arbítrio e interesse momentâneo, com que o mais monstruoso sobretrabalho se alterne com desemprego relativo ou absoluto. Pode, sob o pretexto de pagar o “preço normal do trabalho”, prolongar anormalmente a jornada de trabalho sem nenhuma compensação correspondente para o trabalhador

Reparem que Marx discorre sobre questões fundamentais do “nosso tempo” presente e vai muito além nos livros II e III também do Capital. Hoje, o trabalho por tempo e peça está presente no denominado trabalho intermitente implementado na última reforma trabalhista do governo Michel Temer no Brasil, assim como a própria “uberização” do trabalho garantida pela utilização de tecnologias que compõem as plataformas acopladas entre robótica, inteligência artificial e informatização as quais havíamos mencionado acima. Muitas das explicações acerca da superexploração da

mais valia encontravam-se presentes nas análises de Marx desde os manuscritos econômicos filosóficos e da crítica da economia política até chegar nos volumes dos livros de “O Capital”. O aumento substancial das jornadas de trabalho na combinação entre mais valia absoluta e relativa ocorre em plena marcha para a denominada “Quarta Revolução Industrial” do século XXI onde os índices de trabalho informal aumentam cada vez mais numa velocidade assustadora e o exército industrial de reserva também apontado por Marx explicita a crise estrutural do modo de produção capitalista onde a queda tendencial das taxas de lucro apontam para uma concentração cada vez maior de poder econômico das megacorporações transnacionais lastreadas pela superexploração do trabalho e da expropriação dos países da periferia do capitalismo dependente com milhões de desempregados e desalentados diante da ausência de perspectivas de incorporação num sistema que na sua gênese produz e intensifica as desigualdades.

No caso brasileiro na atual conjuntura política do governo de Jair Bolsonaro o neoliberalismo encontrou formas mais reacionárias do extrativismo estatal e do desmanche das políticas públicas combinando financeirização exacerbada com precarização do trabalho e superexploração dependente a partir da subserviência aos ditames do imperialismo. A classe dominante nacional e transnacional combinam as fatias que lhes cabem no processo de pilhagem e expropriação e conduzem o país ao naufrágio social sem precedentes seguindo essa trajetória. A dependência colonial e as formas escravocratas não permitiram o avanço civilizatório e na onda de transição entre a terceira para a quarta revolução industrial a macroestrutura dinâmica do capitalismo impulsiona

os negócios da burguesia imperialista e das famílias históricas do poder no Brasil.

De acordo com Crocetti (2019, p. 90-91):

Houve poucas tentativas de mexer com as estruturas arcaicas e com os privilégios e, nesse sentido, se perderam muitas oportunidades históricas. Quem estuda a evolução econômica do Brasil percebe que problemas como crise cambial, inflação e dívida externa estão sempre presentes e entrelaçadas. Tais problemas resultam de um regime capitalista deturpado, submetido aos interesses externos. Além das contradições e das mazelas normais do capitalismo, ainda tivemos de suportar uma permanente interferência das potências hegemônicas e do capital monopolista internacional na estruturação de nossa vida política e econômica. Ao longo de nossa história, inclusive na fase capitalista mais recente, temos transferido uma parcela considerável das riquezas aqui criadas para as potências imperialistas, pelos mecanismos de pagamentos de juros, das remessas de lucros, das trocas desvantajosas do comércio internacional, etc.

No caso brasileiro atual o governo Bolsonaro e as elites jurídicas, políticas e militares que também na sua grande maioria compõe a classe dominante nacional aceleraram o processo de partilha dos recursos naturais e do patrimônio público histórico nacional levando em conta as privatizações das empresas estratégicas, dos serviços e recursos públicos e compartilham essa quantidade enorme de recursos com a burguesia imperialista capitaneada pelos EUA. A financeirização exacerbada alimentada pela ideologia neoliberal globalizante e pelo Consenso de Washington - porta voz do livre comércio segundo os interesses dos EUA e seus consortes ocorre pela via da reengenharia da superexploração do capitalismo dependente nos moldes mais reacionários neoliberais possíveis diante da crise estrutural do capital.

A financeirização como braço do imperialismo e as conexões do Brasil a partir do sistema da dívida pública: o desmache das políticas públicas e a produção da desigualdade

No Brasil o Plano Real de 1994 nasceu como apêndice dos interesses do capitalismo neoliberal globalizante monetarista da cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) a serviço do capital financeiro internacional com suas normas e regras a partir do BIS – Banco de Compensações Internacionais que desde 1930 coordena os processos que regem as intermediações financeiras pelo mundo a partir dos bancos centrais. Com raras exceções, praticamente todos os bancos centrais nos diversos países do mundo são signatários aos ordenamentos do BIS e mantém fortes laços de interdependência.

No caso brasileiro especificamente, assim como para os países periféricos o setor financeiro passou a ser o principal responsável pela drenagem dos recursos orçamentários e do sequestro dos principais ativos na forma de transferência de capital financeiro através da engrenagem do sistema da dívida pública. A mundialização financeira tornou-se o principal braço de poder hegemônico do sistema capitalista a partir da interlocução comandada pelos EUA e seus parceiros imperialistas, não escapando nem mesmo a Rússia e a China de alguma influência, mesmo que indireta.

De acordo com Fatorelli (2013, p. 18):

Em todo o mundo a atuação do sistema financeiro tem produzido fraudes, quebras e crises que são assumidas pelo setor estatal sem contrapartida alguma, gerando dívidas públicas.

Uma vez geradas, tais dívidas não param de crescer, pois seus altos custos, condições abusivas e condicionamentos impostos por organismos internacionais levam à sua perenização.

O papel do endividamento da América Latina demonstra tais assertiva: o processo começou como um meio de absorver crise de excesso de liquidez financeira da década de 1970 e tem servido para fomentar escravidão econômica, interferência política, apropriação de recursos financeiros, riquezas naturais e patrimônio público através das privatizações, funcionando como um mecanismo de dominação que privilegiou o sistema financeiro privado,

Esse processo de transferência de recursos do setor público para o setor privado ocorre pela via do endividamento público incessante como política permanente imposta pelos ditames do mercado financeiro nacional e principalmente internacional como braço da dominação do imperialismo sobre as economias periféricas dependentes. O divisor de águas da economia política brasileira ocorreu como dissemos, a partir do Plano Real de 1994, onde a política econômica passou a ser completamente subordinada a cartilha de Washington e sob o guarda-chuva das normativas e regras das instituições financeiras multilaterais comandadas pelo Banco BIS.

A partir de então a política econômica passou a ser comandada pela política monetária do Banco Central do Brasil que seguindo a cartilha da mundialização financeira passou a utilizar o dispositivo da ortodoxia monetária como forma de controle inflacionário a todo custo e severa rigidez nas contas públicas. Sob o pretexto do controle da recente hiperinflação brasileira o Banco Central adota uma política de juros abusivos para controlar a pretensa inflação de demanda e com isso passa a emitir títulos da dívida pública com altíssimos níveis de remuneração, baixos custos e riscos pela sua aquisição tanto interna quanto externamente, abrindo com isso, uma forma muito rentável de superexploração rentística num patamar dos maiores do mundo.

O denominado tripé macroeconômico para esse debate se resume na seguinte fórmula: altas taxas de juros como pretexto de con-

trole inflacionário, mas que na verdade remunera o capital rentístico em volumes extraordinários – denominamos de política monetária apertada ou contracionista. As altas taxas de juros ainda atraem capital chamado de especulativo e sobrevalorizam a nossa taxa de câmbio colocando a moeda Real muito apreciada, inviabilizando as exportações brasileiras devido ao encarecimento dos nossos produtos exportáveis – essa segunda política desse tripé é conhecida como política cambial sobrevalorizada, que além de deixar nossos produtos de exportação mais caros permite que as importações aumentem muito devido ao barateamento dos produtos importados, gerando um déficit na balança comercial e abrindo espaços para crises externas cada vez maiores; e isso de fato ocorreu no final do governo Fernando Henrique Cardoso. A terceira política do tripé é completada pela política fiscal; mas não através da sua forma ativa expansionista; ao contrário; pela via do esvaziamento cada vez maior dos mecanismos de atuação.

Com juros elevados ao longo do tempo a dívida pública passa a ser explosiva e precisa cada vez mais drenar recursos orçamentários para honrar os compromissos de remuneração dos títulos públicos. Com isso os ajustes fiscais tornaram-se sucessivos e permanentes que se resumem no aumento dos impostos, das contribuições previdenciárias e das próprias receitas das empresas nos níveis municipais, estaduais e federal e pelo corte de gastos ou de investimentos nas políticas públicas sociais e de infraestrutura, além da própria manutenção da máquina ou da administração pública.

De acordo com Lima (2002, p. 49):

Ainda que inútil, a política monetária não é neutra e nem indolor. Na realidade, ela tem vários efeitos negativos, sendo o primeiro deles o pagamento de juros. Aliás, pode ser surpreendente, mas o fato é que mo-

delos teóricos que justificam o endividamento público, por exemplo, o programa de metas de inflação do Plano Real, não levam em conta o consequente gasto com juros. Aparentemente, estes modelos teóricos partem do princípio de que o resto do governo automaticamente fará o ajuste fiscal, ou seja, uma poupança, cortando outros gastos e aumentando a recita de impostos, em montante suficiente para pagar o juro gerado pelo aumento da dívida pública.

Mesmo para autores da vertente teórica Keynesiana essa política econômica comandada pelo Plano Real que completou 26 anos em 2020 foi e continua sendo crucial para o projeto neoliberal financeiro, tanto para a burguesia nacional rentista quanto para o capital financeiro global. Mas a teoria keynesiana não consegue explicar o funcionamento da complexa macroestrutura do sistema capitalista e suas formas dialéticas de dominação e incorporação na macrodinâmica nas morfologias do mundo do trabalho, principalmente no momento onde a crise estrutural do capital está mais exposta. Compreendendo que a política econômica de um determinado país como o Brasil obedece os ditames da economia política na ordem global, onde os EUA aparece como o principal país; pelo menos até agora; onde este país comanda em parceria com seus consortes a fase superior do capitalismo – o imperialismo conforme as análises de Lênin.

Desta forma segundo Lênin (2005, p. 89):

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha dos traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a ca-

racterística fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* efundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

Recuperar clássicos a partir de autores como Marx e Lenin contribui para explicar a teoria da crítica da economia política e de toda uma compreensão interdisciplinar e holística que envolve as ciências sociais procurando sempre contextualizar a natureza da crise econômica e política no Brasil de 2020. As crises de 2008 e da pandemia de 2020 já podem ser consideradas, sem atropelos, como a mais intensa crise do capitalismo desde o naufrágio de 1929 que desencadeou a ruptura com o credo liberal do período. As formas mais reacionárias de mercado na contemporaneidade combinam esforços de aporte estatal para os negócios da classe dominante com redução das políticas sociais para a maioria da sociedade no mundo e principalmente nos países de economia dependente como o Brasil.

A acumulação e reprodução ampliada do capital em escalas globais trouxe novamente a versão liberal com nova roupagem adaptáveis a macrodinâmica do último quarto do século XX do capitalismo fordista/toyotista. Essa nova versão com o nome de neoliberalismo se fez necessária para balizar ideologicamente as ações do mercado combinado com o Estado as novas formas de organização da base produtiva e realocativa dos investimentos estatais.

A superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo: tecnologia, financeirização e pandemia

O trabalho no modo de produção capitalista, além da exploração e da miséria que produz a maioria dos homens para a acumulação desenfreada de uma minoria privilegiada que vive da exploração alheia nesse sistema desumano. O modo de produção capitalista, em particular da Era Industrial elabora no centro e no seu entorno um desenraizamento da natureza do trabalho, invertendo o seu processo tal qual como se estabeleceu entre os homens na sua gênese originária dos povos e não do modo capitalista na produção de mercadorias.

Segundo Antunes (2005, p. 72):

A atividade produtiva, dominada pela fragmentação e isolamento capitalista, na qual os homens são atomizados, não realiza adequadamente a função de mediação entre o homem e a natureza, reificando e coisificando o homem e suas relações. Em lugar da consciência de ser social livre e emancipado, tem-se o culto da privacidade, a idealização do indivíduo tomado abstratamente.

Operou-se, portanto, uma metamorfose básica no universo do trabalho como atividade vital, um momento de identidade entre o indivíduo e o seu genérico, tem-se uma forma de objetivação do trabalho em que as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem, conforme disse Marx, a forma de relação entre os produtos do trabalho. A relação social estabelecida entre os seres sociais adquire a forma de uma relação entre coisas.

A crítica da economia política vai além de uma análise macroeconômica, mesmo que crítica dos pressupostos neoliberais, já que não se trata da questão que envolve a administração da política econômica de um país e a regulação do capitalismo indomável na

sua gênese. Não se trata obstante de gerenciar as crises cíclicas do capitalismo como observamos historicamente, nem tampouco partir do pressuposto que a classe dominante nacional irá abrir mão do seu projeto de acumulação em parceria com o imperialismo. Mesmo porque acompanhamos o desenvolvimento dos aspectos do imperialismo que influenciam as nações periféricas pressionando as políticas internas e externas das economias dependentes para que hajam em consonância com os interesses das nações dominantes.

Entrementes, esse sistema desigual entre as nações e as disputas internas pelas fatias do poder também poderão acarretar desvios na condução das políticas da classe dominante de acordo com os diversos interesses das frações de classe da burguesia e da correlação de forças estabelecida no interior de cada sociedade e também daqueles que escapam do controle das próprias nações no que diz respeito ao tamanho dos movimentos sociais adjacentes nas fronteiras desses países e o quanto essas nações se apresentam submissas aos ditames globais.

Existem diversas forças e contextos complexos que combinados conduzem a formas de exploração distintas no capitalismo dependente. Na atualidade, além do avanço da degeneração do trabalho em níveis globais, dois aspectos são cruciais nesse momento da crise estrutural do capitalismo. O primeiro deles diz respeito a construção do próprio capitalismo enquanto uma máquina complexa de produção, distribuição, consumo no processo de acumulação e reprodução ampliada de capital; e isso continua a se expandir devido ao avanço tecnológico. O outro aspecto refere-se ao outro braço do imperialismo como forma de transferência de renda, controle e distribuição (drenagem) dos orçamentos públicos e o próprio enriqueci-

mento da classe dominante mundial através do que convencionamos chamar de financeirização do capital, ao qual, categoricamente por Marx devemos denominar de capital fictício e capital portador de juros como autênticas categorias analíticas desse tipo de acumulação e reprodução ampliada do capital.

Segundo Harvey (2018, p. 111):

A questão da tecnologia é fundamental para compreender as dinâmicas do capital em movimento. Marx é um dos comentadores mais incisivos e prescientes do assunto. Isso não significa que suas análises sejam completas ou que possam passar incontestes. A tecnologia em combinação com a ciência aparece como uma preocupação central ao longo do Livro I d' *O Capital*, mas é assumida como constante no Livro II. No Livro III, Marx trata de algumas das consequências da transformação tecnológica para o lucro e a renda e faz comentários ocasionais a respeito de certas características tecnológicas e organizacionais da intermediação financeira e da circulação monetária. Seu foco em *O Capital* é o papel da tecnologia e da ciência em relação à valorização do capital e à produção de mercadorias. Nos *Grundrisse*, ele adota uma postura mais expansiva e fornece comentários, e às vezes especulativos e prescientes, acerca de questões tecnológicas.

A abordagem de Harvey corrobora com a nossa abordagem segundo a qual Marx nas suas teses críticas sobre a economia política, em particular no livro *O Capital* já no primeiro deles, adotava em suas análises mais minuciosas o papel da tecnologia no processo de acumulação e reprodução do capital. No livro III de Marx editado por Engels já no final da sua vida a obra irá esmiuçar as questões que dizem respeito ao capital fictício e ao capital portador de juros, já que Marx não adotava a expressão “capital financeiro”. Marx já escrevia sobre as bolsas de valores e sobre o papel dos bancos, antes mesmo do Livro *O Capital* e reconhecia a forte presença desses capitalistas na Europa de meados do século XIX.

As inovações tecnológicas trazidas pela revolução da micro-eletrônica na década de 1970 impulsionaram não apenas a produtividade na indústria como também em todos os ramos de atividades dos negócios, inclusive o capital financeiro, que a partir desse momento utiliza-se dessas tecnologias para remeter divisas, negociar ações, comprar títulos públicos e privados em todo o planeta. As liberalizações e desregulações do mercado financeiro tornaram-se cada vez mais velozes e dinâmicas colocando também as economias periféricas no centro das mais modernas tecnologias na área financeira a despeito do aumento da pobreza e da desigualdade mundiais entre as nações e internamente a elas, mesmo em países reconhecidamente ricos como os EUA.

A pandemia SARS COV 2 do Covid 19 escancarou as portas do tamanho da crise estrutural do capitalismo e da própria civilização. As pandemias já há muito insistem em alertar a humanidade a respeito dos riscos de um colapso sanitário catastrófico na ordem global, mas a indústria química farmacêutica de conjunto adota um discurso de monitoramento sob controle a despeito da sua ausência de interesses, até então, de tomar as precauções devidas no que tange as pesquisas científicas em parceria com as autoridades nacionais e supranacionais nesse campo sanitário. Para os keynesianos mais entusiasmados a presença do Estado na vida econômica e social é crucial para manter o capitalismo funcionando e também organizar as bases das políticas públicas necessárias ao público.

Mas, como a lógica capitalista não obedecem certos controles e ordenamentos impostos pelo Estado sob controle da sociedade civil, mesmo porque o estado está a serviço da classe dominante como na passagem de Marx e Engels (2002, p. 101) “ Como o Esta-

do é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns que são medidas pelo Estado, adquirem uma forma política.

O Estado na fase imperialista do capitalismo monopolista tem por função proteger e privilegiar os interesses dos grupos dominantes, no caso, os potentados detentores do capital como afirmava Marx, com seu prestígio e status social e *ethos* de classe como distinção social não apenas pela via do capital econômico, mas também pelo capital cultural, acadêmico, profissional, político entre tantos como afirma Bourdieu (2008, p. 241) “ Se é verdade que, conforme tentamos comprovar, a classe dominante constitui um espaço relativamente autônomo, cuja estrutura é definida pela distribuição, entre seus membros, das diferentes espécies de capital, de modo que cada fração é caracterizada propriamente falando por certa configuração dessa distribuição à qual corresponde, por intermédio dos *habitus*, certo estilo de vida;”.

Essa passagem revela que a classe dominante é dotada de uma série diversificada de “capitais” no seio da burguesia e por isso controlam e permanecem dominando através das instituições e suas ideologias nas formas da cultura, do conhecimento e saberes distintos, das articulações que compõem o capital político e a evidente concentração de poder econômico. Assim como as grandes corporações transnacionais são controlados por grupos privados e detém um braço de apoio estatal é por certo afirmar como pressuposto de largada que os organismos sanitários, farmacêuticos, financeiros, entre outros tem tentáculos bastante aproximados entre o que é de interesse público e as formas particulares de interesses variados e específi-

cos. No caso das crises sanitárias até então parece previamente claro que historicamente a vigilância e o controle sempre foram monitorados de perto pelos interesses de buscar sanar ou não as crises que se avizinhassem, pelo menos de meados do século XX em diante.

Considerações finais

O exemplo catastrófico da pandemia 2020 em termos de conduta e supervisão pelos órgãos competentes nos EUA em relação ao controle e vigilância sanitárias concomitante ao interesse das corporações da indústria químico farmacêutica demonstram claramente o fracasso retumbante do capitalismo em promover o bem estar comum da sociedade e gerar sinergias civilizatórias humanizantes em detrimento dos enormes avanços tecnológicos nas áreas de logística, informação, comunicação, robótica, inteligência artificial entre outros tantos; que; quando combinados criam enormes possibilidades no que tange a superexploração da mais valia, assim como a própria financeirização como tentáculo estratégico da superacumulação e reprodução do capital em ampla escala.

Segundo Davis (2006, p. 173-74):

As vacinas contra a gripe têm uma antipatia especial das farmacêuticas por serem difíceis de produzir, por se tornarem obsoletas depois de uma temporada e estarem sujeitas as grandes flutuações na demanda. Além disso, o processo básico de produção mudou pouco desde os tempos de Francis e Salk, meio século atrás, e o setor não tem investido na tecnologia mais rápida e mais segura de cultura de células, que eliminaria o risco de contaminação inerente ao uso de ovos férteis de galinhas. A fabricação da vacina é considerada por muitos uma estrada velha e em mau estado de que devemos nos livrar na primeira oportunidade em vez de consertá-la e modernizá-la. A Big Pharma, de modo geral, tem desprezado as

pequenas iniciantes em biotecnologia em San Diego, Austin e Boston, que procuram capital para desenvolver novas e empolgantes vacinas recombinantes e geneticamente manipuladas. Em termos de desenvolvimento geral de vacinas, os Estados Unidos têm uma classificação fraca até se comparados com a pequena Cuba, que, graças a prioridade dada a doenças infecciosas e de “pobres”, tornou-se líder mundial na criação de vacina de ponta para meningite B, *Haemophilus influenzae* e outras infecções importantes, ignoradas pelas gigantes industriais farmacêuticas nos Estados Unidos.

Enquanto isso, as envelhecidas e malconservadas instalações de produção de vacina têm sido assoladas pelo fraco controle de qualidade e por uma administração indiferente. Em setembro de 2000, por exemplo, 12% do suprimento de vacina contra a gripe foi perdido quando o FDA fechou a instalação contaminada da Parkdale Pharmaceuticals, que nunca foi reaberta, as entregas da Wyeth-Ayerst, que produzia um terço da oferta nacional, também atrasaram devido a problemas com a qualidade (a empresa abandonou a produção de vacinas dois anos depois, após uma temporada de gripe branda que deixou milhões de doses encalhadas). No inverno de 2003-4 – com o Instituto de Medicina alertando Washington de que o país ainda estava “despreparado” para uma pandemia de gripe -, só duas corporações ainda produziam vacina contra a gripe para o mercado americano: a Aventis-Pasteur, de propriedade francesa, com um complexo de fabricação em Swiftwater, na Pensilvânia e a Chiron, sediada na Bay Area, com uma fábrica recentemente adquirida perto de Liverpool

A pesquisa sociológica de Davis esclarece: que apesar desses relatos terem sido revelados no início do século XXI, cerca de vinte anos atrás, isto é, na entrada deste século, isso contribui para explicar que os interesses capitalistas não caminham lado a lado dos interesses da maioria da sociedade, tomando como exemplo o país mais rico do mundo. Mesmo

com a “supervisão” dos órgãos sanitários, a incompetência, o descaso e o desinteresse das “autoridades” coadunam com as posições tomadas pelos grandes conglomerados farmacêuticos. No caso dos países dependentes de tecnologia e subservientes aos ditames do imperialismo o processo se agrava e se intensifica, já que além da superexploração do trabalho temos um risco ainda maior de saúde e até de morte com o avanço da desigualdade econômica e social, principalmente após o golpe de 2016.

As enormes contradições do capitalismo reveladas na pandemia apontam para a confirmação da tese da superexploração da mais valia extraordinária já nos países centrais do imperialismo e ainda muito mais na periferia do sistema como no caso brasileiro agravada pela crise política a partir do advento do golpe de estado de 2016 exasperada na pandemia sob a tutela do atual do governo Jair Bolsonaro e todo o conluio de suporte ao atual estágio de coisas. A categoria da superexploração procura explicar a combinação entre avanço tecnológico, financeirização e modelo de gestão do estado neoliberal como alicerces desse modelo e como na pandemia de 2020 a transferência de recursos do orçamento para o setor financeiro e demais golpes constitucionais a favor dos ruralistas e megaempresários daqui e do exterior favoreceram a proliferação dos ganhos da classe dominante em detrimento da saúde e da sobrevivência da população brasileira.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2008.

CROCETTI, Zeno. **A crise do capital e o uso do território**. Curitiba: Letra das Artes, 2019.

DAVIS, Mark. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, Mark. **O monstro bate a nossa parte: a ameaça global da gripe aviária**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FATORELLI, Maria Lúcia (org.). **Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LENIN, VLADIMIR. **O imperialismo fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2005.

LIMA, Gerson Pereira. **Povo rico país rico**. Curitiba: Netpar, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I; tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.